

Proposta da Sessão

**ENTRE OLHARES: ANALISANDO A EXPANSÃO DO TRABALHO IMATERIAL
NA CONTEMPORANEIDADE**

Eixo Temático: Psicologia Social e Institucional

Coordenadora : Sonia Regina Vargas Mansano¹

A presente sessão coordenada é composta por três pesquisadores que buscam problematizar o denominado “trabalho imaterial afetivo” (Hardt; Negri, 2001). Os estudos que serão aqui apresentados foram desenvolvidos no projeto de pesquisa intitulado “Quando o trabalhador recorre à clínica: considerações sobre o trabalho imaterial afetivo”, registrado e executado na Universidade Estadual de Londrina desde o ano de 2010, sob minha coordenação.

O trabalho imaterial afetivo pode ser compreendido como um tipo de atividade que tem como resultado os contatos sociais, a criação e a experimentação de afetos/sensações. Diversas são as áreas profissionais que atualmente podem ser localizadas nessa esfera laboral. Assim, desde as profissões que exigem formação universitária até aquelas que não apresentam grandes exigências de qualificação técnica, enfrentam-se com a preocupação de estabelecer contatos sociais e afetivos com seus clientes, nos quais a comunicação e a empatia tornaram-se requisitos necessários para realização do trabalho. Para Negri e Hardt, “a transição para uma economia informacional envolve, necessariamente, uma mudança na qualidade e natureza do trabalho. Esta é a implicação sociológica e antropológica mais imediata da transição de paradigmas econômicos. Hoje a informação e a comunicação desempenham um papel fundamental nos processos de produção” (Hardt; Negri, 2001, p. 310).

Obviamente, a preocupação para com as relações sociais, com a geração de informações e com a disseminação de saberes não é algo inédito. Entretanto, desde o final da Segunda Guerra Mundial, o desafio de acolher as demandas e expectativas dos clientes e

¹ Doutora em Psicologia Clínica pela PUC/SP. Docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina.

consumidores tem se expandido por diversos setores de economia, fazendo com que a organização e execução do trabalho fossem modificadas de maneira significativa. Foi buscando dar visibilidade tal demanda e criar um espaço de análise para essas mudanças que a presente apresentação foi elaborada.

Compartilhando alguns resultados obtidos no decorrer desses anos de estudo, esta Comunicação Coordenada será composta pelo relato de três pesquisas. Na primeira apresentação, Natália Batista Rosa apresentará seu estudo sobre *“Trabalho Imaterial e Relações de Poder”*. Retomando os estudos de Michel Foucault, serão abordadas as diferenças mais significativas presentes no trabalho de tipo material e no imaterial, bem como as exigências subjetivas que cada um deles coloca em circulação. Enfatizando uma de suas características mais marcantes, Natália mostra que no contexto do trabalho imaterial afetivo, as estratégias da obediência e da vigilância tornaram-se obsoletas, exigindo novas configurações e elementos constituintes que deram contornos distintos às relações de poder. Assim, já não é mais possível gerir organizações e trabalhadores recorrendo à mera quantificação de resultados, pois, para esta pesquisadora, “as relações de poder presentes produzem-se a cada instante, provém de todos os lugares, são instáveis e imprevisíveis. De tal modo, os aspectos subjetivos colocados em movimentação na interação social escapam às técnicas disciplinares de vigilância. Ao implicar-se emocional e intelectualmente no processo produtivo, esse trabalhador pode ser transformado por afetos diversos, de modo a inventar formas de resistência no seu local de trabalho”. Recorrendo a análise de algumas categorias profissionais, Natália dá visibilidade ao movimento incessante de enfrentamento entre as deliberações mais rígidas e as ações de resistência.

A segunda apresentação, realizada por Francis Willian Bueno Lourenço, discorrerá sobre o tema *“Trabalho Imaterial, controle e saúde”*. Neste estudo, Francis percorre uma trajetória teórica que vai da definição de trabalho imaterial, passando pela caracterização da sociedade de controle e chegando aos efeitos que as exigências laborais contemporâneas provocam no corpo e no psiquismo do trabalhador. Ainda que trace um cenário bastante adverso ao bem estar do trabalhador, ao final, Francis lembra-nos de que o trabalho imaterial, à medida que exige o exercício de dimensões subjetivas e criadoras, “evidencia um potencial favorável no que se refere às possibilidades de resistir às formas de controle mais mortíferas e

geradoras de desgaste afetivo/emocional”. E, seguindo a trilha da potencialização e da resistência, lembra-nos que não estamos simplesmente submetidos às formas de controle colocadas em curso pela tecnologia organizacional contemporânea. Há espaços para resistência e criação, que são frequentemente explorados pelos trabalhadores, mesmo estando alocados em contextos laborais mais enrijecidos e controladores.

Por fim, Ruth Tainá Piveta apresenta o estudo denominado “*A Psicologia como um trabalho imaterial afetivo: algumas considerações*”. Resgatando a história da Psicologia no Brasil e analisando as suas práticas já regulamentadas pelo Conselho Federal de Psicologia, Ruth descreve como esta profissão pode ser compreendida como um tipo de trabalho imaterial afetivo, caracterizada que é pelo conhecimento e também pelas habilidades sociais e afetivas de acolher os clientes e suas demandas (estejam eles presentes nos consultórios, empresas, instituições ou movimentos sociais). Para além das áreas de intervenção e práticas já prescritas, Ruth mostra o quanto a psicologia avança na criação de novas áreas de intervenção que colocam em evidência a abertura e disponibilidade do profissional para experimentar as novas demandas que lhe são colocadas em um momento histórico marcado por diferentes transformações sociais e afetivas. Discutindo as possibilidades de uma atuação ética e politicamente posicionada, Ruth mostra a necessidade de esta área acolher a dimensão inesperada das produções humanas colocadas em evidência nas intervenções dos psicólogos.

Valendo-se de ângulos diferentes, criando uma troca de olhares e de perspectivas conceituais, cada uma das três pesquisas busca explorar as maneiras como os trabalhadores se inscrevem nesse cenário imaterial. É nesse sentido que, para além de uma análise meramente individual, o trabalho imaterial coloca em evidência a cooperação, a troca e a potência das redes sociais. Nesse sentido, Hardt e Negri enfatizam: “O trabalho imaterial envolve de imediato a interação e a cooperação sociais. Em outras palavras, o aspecto cooperativo do trabalho imaterial não é imposto e organizado de fora, como ocorria em formas anteriores de trabalho, mas a cooperação é totalmente imanente à própria atividade laboral” (Hardt; Negri, 2001, p. 314).

Seria a necessidade de cooperação uma das possibilidades de conectar, potencializar e colocar em circulação as diferentes maneiras de viver e sentir que são experimentadas no cotidiano do trabalho imaterial? Quais componentes subjetivos, para além daqueles que

disseminam as formas de exploração e controle, estão sendo inventados pelos trabalhadores? Como os profissionais se inscrevem e se movem nessas complexas relações de poder? Precisamente estas questões serão problematizadas na presente comunicação coordenada.

Referências

Hardt, M.; Negri, A. (2001). *Império*. Tradução de Berílio Vargas. Rio de Janeiro: Record.

Apresentação 1

TRABALHO IMATERIAL, CONTROLE E SAÚDE

Francis Willian Bueno Lourenço*²

Sonia Regina Vargas Mansano³

Introdução

Desde o início da Revolução Industrial até os nossos dias, podemos observar uma sucessão de mudanças concernentes aos paradigmas da economia mundial. Num primeiro momento, mais precisamente por volta de 1880, observamos a valorização da mecanização, ou seja, a produção de máquinas que fomentavam o processo fabril, substituindo o homem nas suas atividades produtivas. As máquinas também eram responsáveis pela ampliação do lucro, uma vez que produziam em grande escala, de forma padronizada e não tinham de considerar as necessidades humanas decorrentes do desgaste do trabalho. Caso houvesse necessidade do serviço de manutenção, rapidamente seria dado um jeito no problema.

Já no século XIX e início do século XX, as indústrias passaram a adotar o paradigma tecnológico, influenciadas pelo avanço da ciência e de novas tecnologias. A indústria começou a ser gerenciada pelo prisma da cientificidade. Neste período, a ênfase foi colocada na relação homem *versus* máquina, caracterizada pela integração dos diversos departamentos da empresa. A característica fundamental daquele período era a utilização da máquina que, de certa maneira, promovia uma desqualificação do homem, que poderia ser rapidamente substituído por ela. Naquele cenário, a manipulação das máquinas era central, sendo estas consideradas como um recurso a ser manuseado pelos trabalhadores que exerciam atividades altamente repetitivas em favor do aumento da produção.

Quando chegamos ao final do século XX e início do XXI, pode-se dizer que momento tem se caracterizado pelo crescente avanço tecnológico. Obviamente, os recursos criados e desenvolvidos neste tempo histórico trouxeram praticidade às nossas vidas. É fato reconhecido que algumas máquinas possibilitaram que as pessoas dedicassem mais tempo a

² Psicólogo. Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela Universidade Estadual de Londrina.

³ Psicóloga. Docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC/SP.

atividades que antes tinham suas restrições devido ao tempo requerido para a execução de afazeres domésticos como lavar e passar roupas. Assim, é possível dizer que o modelo de automação industrial foi absorvido pelo espaço doméstico. Ou seja, assim como os engenheiros e técnicos estavam preocupados em desenvolver máquinas que substituíssem o trabalho manual, que demandava dos trabalhadores de nível operacional determinado esforço físico e presença constante na área de trabalho, também o mercado industrial de eletrodomésticos investia em pesquisa e desenvolvimento de um aparato de ferramentas que viessem a exercer a função doméstica que, na maioria dos casos, era realizada pelas mulheres. São inquestionáveis as diferentes facilidades que tais avanços tecnológicos trouxeram para a vida contemporânea de homens e mulheres. Mas, diante desses avanços, cabe questionar: quais novos componentes de subjetivação eles colaboram para colocar em curso em nossas vidas?

É tomando em consideração esta questão, que uma análise sobre a chamada sociedade de controle ganhou espaço neste estudo. Esta organização social foi estudada por alguns teóricos como Michel Foucault e Gilles Deleuze. Para Deleuze (2007) a sociedade de controle, aos poucos, vem substituindo as sociedades disciplinares. Embora Foucault (2004) tenha focado seus estudos sobre a sociedade disciplinar, caracterizada pelo fortalecimento de instituições como presídios, escolas, indústrias e todas as infraestruturas que caracterizam o sistema de confinamento, ele reconhece que nosso futuro também englobará uma dinâmica de controle.

Para uma compreensão mais apurada, tomemos como exemplo as empresas do segmento tecnológico, uma vez que estas possuem características próprias no que tange as formas de controle efetuadas no contexto laboral. É interessante notar que o discurso utilizado pelos institutos tecnológicos responsáveis pelo desenvolvimento de máquinas que executam atividades humanas dissemina a ideia de que, com tais recursos, as pessoas teriam mais tempo livre para investir em lazer, arte, cultura, *hobbies* e outras atividades concernentes ao gosto e prazer pessoal. No entanto, nosso século é marcado pelo crescente acúmulo na jornada de trabalho, incessantes horas extras, bancos de horas, diminuição do período de férias, quando não a “venda” das mesmas.

Foi justamente nas discrepâncias presente nesses discursos que notamos a emergência de uma série de formas de controle que incidem sobre o trabalho. As empresas estão cada vez mais sendo caracterizadas como flexíveis. As perguntas que ganham relevo são: onde esta situada esta flexibilidade? E onde se concentra?

Para respondê-las, será necessário recorrer a uma análise crítica das novas configurações de trabalho, ou melhor, do trabalho imaterial, principalmente nos segmentos tecnológicos que têm por característica os sofisticados recursos eletrônicos e tecnologias virtuais colocados à disposição das empresas que adotam as ferramentas utilizadas no campo do trabalho abstrato, sejam eles de autogestão, trabalho afetivo e de desenvolvimento de novos produtos. Nas palavras de Deleuze, tal mudança “não é uma evolução tecnológica sem ser, mais profundamente, uma mutação do capitalismo” (2007, p. 223). Outrora, o capitalismo concentrava-se no acúmulo de capital, produção e propriedade. Já na atual sociedade de controle, a organização que temos e que está em franca expansão é a de “um capitalismo de sobre-produção (...) o que ele quer vender são serviços, e o que quer comprar são ações” (Idem, pp. 223-224).

Tecnologia e Controle

Tomando como base o comentário anterior feito por Deleuze (2007), chegamos ao centro da questão: O desenvolvimento científico, o avanço tecnológico e o progresso humano não podem ser tomados como nocivos para a existência da humanidade e suas relações sociais. No século XXI, a economia passou a propagar o chamado “capital humano” (Gorz, 2005). Foi pensando nesta complexa relação que Robert Kurz (1993) publicou sua obra “O colapso da modernização”. Neste livro, Kurz trata especificamente do fracasso dos países socialistas e da aparente “vitória” do capitalismo. O autor procura descrever os acontecimentos e fracassos apresentados pelo sistema econômico atual que, na maioria das vezes, traz alguma proposta de acabar com a miséria e igualar a distribuição de renda nas nações. No entanto, o que presenciamos foi o contrário: grande parte da população do planeta vem sofrendo de maneira dramática com o sistema capitalista atual, que domina não apenas o mercado, mas a própria existência dos trabalhadores (Kurz, 1993).

Sendo assim, podemos dizer que as formas de controle sobre a vida já não se restringe apenas ao espaço de uma instituição, onde outras pessoas exercem o controle sobre os demais por um simples olhar. A vida privada também foi invadida pelos dispositivos de controle. O que queremos dizer é que, qualquer indivíduo pode exercer o controle sobre si e sobre os demais.

A atual sociedade de controle, descrita por Gilles Deleuze (2007), ganhou notoriedade em nosso século devido ao grande acúmulo de instrumentos utilizados para o monitoramento da vida cotidiana, como: as câmeras de segurança, as *web cams*, os aparelhos de telefonia móvel (celular), os *notebooks*, bem como o uso cada vez mais corriqueiro do chamado GPS (Global Position Service). Segundo o autor, antes éramos “submetidos” a um contexto de confinamento e vigilância que caracterizava as sociedades disciplinares descritas por Foucault. Hoje, a lógica já não se reduz ao confinamento, mas abrange toda a vida (Idem, p. 215).

Tomemos como referência o estudo desenvolvido por Foucault (2007) denominado como “O olho do poder”. Nele, o autor descreve o chamado *panóptico*, assinalando o caráter disciplinar que as instituições assumem por meio da vigilância de seus membros. Nele, Foucault descreve a disseminação dessa forma de vigilância para outros espaços abertos. Se pensarmos no contexto do trabalho, podemos dizer que esse olhar passou a ser exercido pelo próprio trabalhador, em relação a si e aos demais. Engana-se quem acha que não está sobre a vigilância deste olhar. Desde nossas decisões, gostos, atitudes, até o que lemos e estudamos. E, quando este controle é voltado para o universo do trabalho, pode vir a ganhar ainda mais força, uma vez, que passa a serem estimuladas por propostas de premiações, como incentivos salariais, promoções, bolsas de estudo, planos de saúde, avanços nos planos de carreira, dentre outros.

Podemos citar algumas empresas onde estas relações de controle são comuns, principalmente aquelas ligadas ao ramo tecnológico. Tais empresas possuem um sistema de gerenciamento que pode ser compreendido pelo modo de gestão voltado majoritariamente para o controle de seus empregados. As mesmas apropriam-se de recursos tecnológicos para controlar não apenas a produtividade, como também a vida pessoal de seus trabalhadores. Geralmente, ao ingressar nestas empresas, o trabalhador é “presenteado” com uma gama de

equipamentos tecnológicos que, segundo os representantes da empresa, irão ajudar tanto no desenvolvimento como na execução do trabalho. Por exemplo, em algumas empresas os novos funcionários recebem *notebooks*, aparelhos celulares 3G (que possibilitam o acesso à internet e conversas por mensagens instantâneas), aparelhos de leitura biométrica (que torna possível o registro do início e término de trabalho, como um relógio de ponto móvel) que os acompanham onde estiverem. Embora estes equipamentos possam parecer atrativos e de caráter benéfico, seus efeitos de controle vão se engendrando paulatinamente na vida do trabalhador, tomando proporções em alguns casos altamente nocivas às vidas daqueles que utilizam tais recursos.

É neste contexto que o trabalho pode vir a invadir a vida privada do trabalhador, se é que podemos chamar de privada. Uma vez que ele pode exercer seu trabalho em casa, as atividades profissionais passam a se misturar com as atividades domésticas, sociais e afetivas. Até mesmo no período de férias o trabalho continua sendo executado. Assim, percebe-se que o trabalho ocupa um tempo e um espaço importantíssimo na vida das pessoas, a ponto de as levarem a um nível elevado de exaustão física e psicológica.

Em termos subjetivos, essa relação de controle estabelecido pode ir ainda mais longe, tanto para a produtividade como para a qualidade. É o chamado nível de excelência. Esta relação faz com que o trabalhador, passe a exigir cada vez mais de seu próprio desempenho. Com isso, já não é necessária à figura de um supervisor ou gerente para que este venha efetuar suas tarefas de forma condizente como esperado pela organização.

Sabe-se que o aprimoramento e desenvolvimento profissional é, atualmente, algo necessário para vida do trabalhador. Mas quando isso se torna algo incessante, inacabável e estabelecido a partir de patamares impossíveis de serem alcançados, a situação fica mais complicada. Tal cobrança pode vir a ter consequências desfavoráveis para a saúde do trabalhador. É o caso de trabalhadores que já não são mais capazes de dormir em função de uma reunião importante que terão no dia seguinte. E, embora ele consiga a façanha de vir a agradar os demais companheiros de trabalho, é possível que se sinta desconfortável a respeito de si mesmo sobre seu desempenho, dizendo que poderia ter sido melhor. Esta espécie de “obsessão pelo sucesso” é uma evidência concreta da nova configuração da autogestão que vigora em vários setores do trabalho imaterial (Gorz, 2005).

Em nosso tempo histórico, nota-se também a expansão de uma espécie de “fetiche” dos currículos. Trata-se da busca infundável por uma qualificação profissional, que leva muitos trabalhadores a iniciar cursos de especialização, pós-graduação (mestrado e doutorado), pós-doutorado e assim por diante, com a finalidade de atualizar-se continuamente na sua área de atuação e também em outras áreas, uma vez que o conhecimento, sob o ponto de vista do mercado, “deve” ser múltiplo. Nesta ótica, é necessária a aquisição de uma gama de conhecimentos para se manter empregável. Abordando os perigos de uma formação permanente, Deleuze comenta que: “Nas sociedades de controle nunca se termina nada, a empresa, a formação, o serviço sendo os estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação” (Deleuze, 2007, p.221-222).

Esta situação não se restringe apenas aos trabalhadores. A dinâmica do capitalismo moderno infiltra-se também na vida daqueles que não trabalham ou daqueles que “optaram” pelo trabalho informal. Não obstante, a sociedade tende a categorizá-los como “improdutivos”, na melhor das hipóteses. Em casos mais extremos, estes profissionais liberais podem vir a ganhar adjetivos pejorativos sobre suas escolhas profissionais como, por exemplo, “folgados” ou “insubordinados”. Já os desempregados, passam a ser cobrados pelos grupos sociais aos quais pertencem. Nota-se que as formas de controle são exercidas por diversos agentes e em diferentes contextos sociais.

Deleuze (2007) adverte sobre os efeitos do controle sobre a vida das pessoas. Segundo o autor, cabe a nós “descobrir a quem estamos sendo levados a servir” (p.226), já que a servidão pode ser responsável por cavar nossa própria destruição afetiva e profissional. Esta relação exploratória tende a sufocar a vida até a exaustão, em que passamos a ser descartáveis e substituíveis para as empresas.

Sobre a saúde do trabalhador

Pensando nesta atual configuração de trabalho, na qual o controle passa a ser acionado coletiva e cotidianamente, não poderíamos deixar de mencionar os prejuízos trazidos para a saúde do trabalhador que está inserido no mercado de trabalho. Cabe ressaltar que o objetivo deste estudo não é deter-se sobre os aspectos psicopatológicos do trabalho. Mas sim sobre os

aspectos subjetivos relacionados ao sofrimento, advindos das condições de trabalho impostas pelas empresas atualmente.

Destacaremos, neste estudo, a questão do estresse e suas múltiplas faces, uma vez que o mesmo tem seus desdobramentos numa longa lista de sintomas. Para Peiró e Prieto (apud Zanelli, 2010), nos últimos dois séculos o trabalhador vem sofrendo com as mudanças introduzidas na organização do trabalho. Atualmente, ele está submetido a pressões tanto do meio interno (suas próprias exigências) quanto externo (das empresas, dos chefes, dos colegas de trabalho ou mesmo das pessoas conhecidas). Assim, além das tensões advindas das relações entre empregado e empregador, outros fatores como a concorrência de mercado, as mudanças na legislação e os avanços tecnológicos, interferem diretamente sobre a execução de suas atividades laborais. Tais mudanças podem chegar “ao ponto extremo de os trabalhadores de certos setores ficarem receosos ao retornar ao trabalho, por causa da desatualização que um mês de férias impõe” (Idem, p.19).

Para Zanelli (2010), estas frequentes mudanças demandam, na maioria das vezes, uma quantidade enorme de energia emocional e psicológica para enfrentar o adverso, uma vez que os trabalhadores inseridos neste processo de reestruturação contínua das empresas pós-fordistas devem adaptar-se rapidamente às mudanças. Isso leva os trabalhadores a adquirirem “novos padrões de comportamento, produzindo efeitos na estrutura e funcionamento das organizações de trabalho” (Idem, p.19).

A própria configuração do trabalho por gerenciamento de projetos torna-se um fator de estresse, tendo em vista que tal configuração envolve equipes de trabalho compostas por trabalhadores formais e outros temporários. Na maioria destes projetos, os cronogramas são controlados por prazos e metas, gerando ansiedade e conflitos entre os integrantes da equipe. Cabe ressaltar que parte dessas equipes são formadas por trabalhadores temporários que desfrutam de menos autonomia que os trabalhadores formais e tendem a ser excluídos das decisões, das políticas de benefícios e da participação nos resultados. Ou seja, toda essa relação culmina em pressões de diferentes tipos, podendo gerar afastamentos médicos e mesmo internações (Zanelli, 2010).

Pode-se dizer que quanto mais estressante for o contexto laboral, mais o trabalhador irá sentir-se estimulado a procurar um novo emprego. Esta situação acaba gerando um esforço

excessivo para se buscar uma nova colocação profissional que, por sua vez, exigirá mais qualificação técnica. Nota-se, então, que fica cada vez mais difícil evitar o estresse, já que “a incerteza e a insegurança com relação a ter ou não emprego no futuro, mas também aos termos e condições desse mesmo emprego” tornam-se cada vez mais comuns (Zanelli, 2010, p.22).

Embora algumas empresas demonstrem certo interesse para com o desenvolvimento de seu quadro de trabalhadores, podemos observar que a quebra de compromissos assumidos por ocasião da contratação gera insatisfações em relação ao trabalho. A situação tende a piorar quando o problema se estende para a baixa remuneração. Sobre esta ótica, pode-se dizer que o fator financeiro tem um impacto sistêmico na vida do trabalhador. Tais indivíduos não possuem condições financeiras para subsidiar suas necessidades básicas como moradia, alimentação, deslocamento urbano, plano de saúde ou mesmo desenvolver uma formação profissional através de cursos. Nesse contexto o salário precário contribui para uma vida precária.

A longa jornada de trabalho também é um forte agravante, principalmente no contexto do trabalho imaterial, em que o contexto físico e o relógio ponto já não definem mais o início e o término da jornada laboral. Desta forma, o trabalhador encontra-se pressionado a produzir constantemente, esteja ele nas instalações da empresa ou não, durante ou fora do horário de trabalho previamente contratado. Logo, difunde-se o enunciado “você é a empresa”. Tudo o que se faz ou se deixa de fazer parece ter relação direta com o trabalho. Em ambos os casos, o trabalhador pode se sentir envolvido por uma variedade enorme de atividades a serem realizadas ao longo do dia que parece não ter fim. Isso, por si só, já contribui para a geração ou potencialização de um estado estressante que se estende para além da jornada de trabalho e atinge as relações da vida privada.

Em decorrência do alto nível de estresse, outros problemas de saúde aparecem, como, por exemplo, as doenças cardiovasculares. Já está comprovado que o nível de estresse pode levar o sujeito a alterações do ritmo do coração, o que, por sua vez, pode levar uma pessoa sofrer um ataque cardíaco. Alguns executivos vêm apresentando queixas desta natureza. Tomemos como exemplo este profissional. Os mesmos, ao terem seu desempenho (resultados) exposto a toda organização, podem vir a sentirem-se incapazes de exercerem suas

funções de forma a questionarem a eficácia de sua qualificação. Sem dúvida, trata-se de um elevado nível de estresse, com o qual o trabalhador contemporâneo convive diariamente. Em casos assim, alguns profissionais recorrem a medicamentos psicofarmacos ou até mesmo a drogas lícitas e ilícitas. Ambos os casos podem levar à dependência. Alguns trabalhadores que ocupam cargos de alta responsabilidade só conseguem manter-se em seus empregos devido à utilização destes recursos químicos. Se em Foucault encontramos a descrição dos corpos dóceis (ou seja, aqueles corpos domesticados pela disciplina e pela punição), na atual sociedade de controle percebe-se o que poderíamos chamar de “subjetividades anestesiadas”, esgotadas que estão pelas crescentes exigências que lhe são colocadas.

Atualmente, tem sido comum vermos notícias televisivas anunciando algumas tragédias tidas como “erro humano” na área da saúde, como no caso recentemente divulgado pela mídia em que uma enfermeira, ao cortar a atadura de um curativo feito na mão de uma criança, acabou por cortar um dos seus dedos. Num primeiro momento, é comum culparmos a pessoa da área da saúde pelo erro cometido. Mas, após uma análise mais criteriosa, percebemos que uma pessoa submetida a uma longa jornada de trabalho, com atividades extremamente estressantes e condições de trabalho precárias, fica ainda mais exposta a esse tipo de erro. Cabe considerar, nesta análise, a dificuldade do sistema de saúde em contratar mais funcionários e distribuir de maneira mais contextualizada a jornada de trabalho. Assim, o caso em questão traz uma série de questões organizacionais a serem consideradas e que vão além do desempenho individual de um trabalhador específico.

Considerações Finais

Os poucos exemplos mencionados neste estudo são suficientes para traçarmos um panorama sobre as formas de controle vigentes no contexto do trabalho imaterial e seus efeitos sobre a saúde e bem estar dos profissionais. De fato, promover intervenções que se proponham a dar atenção para estes problemas concernentes à saúde do trabalhador, tornou-se o maior desafio que enfrentamos no momento na área de Psicologia. O fato é que, mesmo estando inseridos nesta sociedade de controle, acreditamos, juntamente com os autores que se fizeram presentes neste estudo, que existem possibilidades de construir outras maneiras de se vincular ao trabalho.

O contexto do trabalho imaterial é complexo e, apesar das diferentes formas de controle que nele se efetuam, existe um potencial favorável no que se refere às possibilidades de resistir às formas de controle mais mortíferas e geradoras de desgaste afetivo/emocional. Já no período industrial, os operários utilizavam seus sapatos ou tamancos (*sabot*) para interromper o trabalho das máquinas. Essas ações ficaram conhecidas como sabotagem, que nada mais eram do que uma forma de resistência diante de um modelo de produção que demandava dos trabalhadores um enorme gasto de energia como resposta a uma longa jornada de trabalho (que chegava a acumular entre doze a quatorze horas por dia). Tal jornada os expunha a riscos de acidente que poderiam comprometer a integridade do seu corpo e sua própria vida.

O mundo tecnológico também tem seus “sabotadores”. Tomemos como exemplo os *hackers* que desenvolvem sistemas que possibilitam “fugir” ao controle de um programador de *software*, ou, criar vírus que contaminam as máquinas, deixando seus processadores comprometidos e mais lentos. Os exemplos desse tipo de ação no mundo digital são inúmeros. Assim, tanto no trabalho tido como material como no imaterial, as possibilidades de se contrapor a uma política de gestão estressante, que explora a dimensão afetiva dos trabalhadores, são possíveis.

Nesse sentido, pode-se dizer que embora os dispositivos de controle estejam naturalizados e disseminados no campo social, existem maneiras de escapar e construir formas de vida que não se reduzam ao trabalho. Construindo novas maneiras de se vincular à atividade profissional e às organizações, os trabalhadores e suas produções subjetivas vão ensaiando maneiras de evitar a captura e o aprisionamento das exigências laborais que tão frequentemente conduzem ao sucateamento do corpo, dos afetos e da existência. Nas palavras de Pelbart (2000, p.155), cabe-nos, como trabalhadores e estudiosos das ciências humanas, buscar “um pouco de possível”, para não sucumbirmos na tristeza, no esgotamento afetivo e na dor.

Referências

Deleuze, G. (2007). *Conversações*. Tradução de Peter Pal Pelbart. São Paulo: Editora

Foucault, M. (2007). *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Ed. Graal.

Foucault, M. (2004). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes.

Gorz, A. (2005). *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*. Tradução de Celso Azzan Jr. São Paulo: Annablume.

Kurz, R. (1993). *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Pelbart, P. P. (2000). *Vida Capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras.

Zanelli, J. C. (2010). *Estresse nas organizações de trabalho: compreensão e intervenção baseada em evidências*. Porto Alegre: Artmed.

Apresentação 2

TRABALHO IMATERIAL E RELAÇÕES DE PODER

Natália Batista Rosa*⁴

Sonia Regina Vargas Mansano⁵

Introdução

Desde o surgimento da organização econômica capitalista, os processos de produção transformaram-se significativamente. No século XVIII, com a Revolução Industrial, a organização do trabalho tornou-se crescentemente serializada: a produção passou a ocorrer em torno de máquinas envolvendo uma divisão complexa e minuciosa das atividades. Dessa forma, surgiram esforços direcionados à implantação de métodos de racionalização do trabalho nas fábricas, dentre os quais o mais marcante é denominado como taylorismo. Desenvolvida por Frederick W. Taylor (1856-1915) ao final do século XIX, a Administração Científica teve como principais características a divisão e a organização de tarefas dentro das fábricas, objetivando a obtenção máxima de rendimento e eficiência com o mínimo de dispêndio de tempo e energia. Inclusive, a nomenclatura “Administração Científica” deve-se ao intento de aplicar os métodos da ciência positivista às questões de administração. Pode-se dizer que Taylor desenvolveu uma organização racional do trabalho, visto que suas técnicas estabeleceram qual seria a melhor forma de desenvolver cada operação ou, em outras palavras, qual o método mais adequado e eficiente para a execução de tarefas.

De acordo com Taylor (1970), qualquer atividade no âmbito fabril necessita ser um processo padronizado e bem planejado com objetivo de extinguir qualquer forma de desperdício de tempo e esforço humano. Seus estudos permitiram uma maior especialização das atividades e, com isso, a melhor adaptação de cada operário à tarefa e à máquina. Sua preocupação era aumentar a produção para satisfazer as demandas da época e, para que isso fosse possível, ele teria de aproveitar mais a mão de obra, especializando cada operário para atuar em certo setor da fábrica, formalizando, então, a divisão de tarefas.

⁴ Psicóloga. Discente do curso de Especialização em Saúde Coletiva e Programa Saúde da Família da UNIFIL.

⁵ Psicóloga. Docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC/SP.

Conforme propunha o taylorismo, a organização das atividades laborais realizada pelos supervisores e direção era um meio para evitar o desperdício de tempo. Portanto, a hierarquização neste âmbito era imprescindível. Desse modo, à direção foi incumbida a tarefa de vigilância sobre o desempenho dos trabalhadores. Por conseguinte, o que cabia aos trabalhadores era obedecer a seus superiores e produzir de forma incessante. Assim, pode-se dizer que “o trabalhador não mais realiza trabalho, mas tarefas fragmentadas sob olhares vigilantes de quem cuida da disciplinarização dos corpos tão distantes de suas almas” (Guareschi; Grisci, 1993, p. 40). Taylor promoveu uma separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, dividindo os operários entre aqueles que eram pagos para pensar de modo complexo (diretores e supervisores) e aqueles que eram pagos para executar tarefas braçais (operários). Assim,

O homem, cuja especialidade sob a administração científica é planejar, verifica inevitavelmente que o trabalho pode ser feito melhor e mais economicamente mediante divisão do trabalho, em que cada operação mecânica, por exemplo, deve ser precedida de vários estudos preparatórios, realizados por outros homens. E tudo isso envolve, como dissemos, *uma divisão eqüitativa de responsabilidade e de trabalho entre a direção e o operário* (Taylor, 1970, p.51).

Naquele contexto de produção majoritariamente material, a escolarização não era um requisito importante, visto que o trabalho sistemático fazia dos operários fabris “peças descartáveis” à medida que não faltavam “peças de reposição”, devido às altas taxas de desemprego. Desse modo, com a maior parte dos trabalhadores não apresentando qualificação, a divisão feita entre as atividades de supervisores e operariado não era equânime, sendo mais numeroso o contingente de trabalhadores braçais e pouco qualificados.

É nesse sentido que, conforme relata Guareschi (1993), o taylorismo concebia o homem como um ser a-histórico e neutro o qual, ao engajar-se em uma parcela específica das atividades organizadas em linhas de montagem, transformava-se automaticamente apenas em uma engrenagem a mais no sistema de produção. Assim, o operário era desqualificado tanto intelectual quanto subjetivamente. Tal descrição pode ser constatada no filme “Tempos Modernos”, no qual o personagem principal sucumbe numa espécie de “loucura” em decorrência do trabalho mecânico realizado. O desenrolar do filme mostra um regime de

trabalho extremamente repetitivo, vigiado de maneira rígida, que levou o operário, inevitavelmente, a ser tragado pelas engrenagens da máquina. Mas, afinal, quais relações de poder eram atualizadas nesse cenário de produção material, atravessado pelos valores da administração científica?

Michel Foucault, em sua obra *História da sexualidade I* (2007), alega que o termo “poder” traz consigo o perigo de induzir diversos mal-entendidos, visto que essa palavra encontra-se atrelada à idéia equivocada segundo a qual “poder” especifica um conjunto de instituições e aparelhos que certificam a sujeição dos cidadãos a um Estado. Assim, o autor trabalha com a análise do poder para além do campo do Estado, da soberania e de suas instituições, formulando seu conceito de modo a buscar na esfera microssocial, os caminhos pelos quais ele se constitui no cotidiano (Pogrebinschi, 2004). Segundo Foucault (2009), o poder transita pela vida em sociedade, fazendo com que cada indivíduo seja uma peça inscrita e ativa na socioeconomia. Logo, não há quem escape dos alcances do poder, ou seja, nada nem ninguém se encontram fora dele. Para apreender tal conceito, faz-se imprescindível explicitar que os poderes não se localizam em um ponto específico da estrutura social, não funcionam baseados na repressão, nem existem como “coisas”. O autor assinala: “o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (2007, p. 103). Temos, portanto, um tipo de relação que se articula nas práticas sociais construídas historicamente, podendo ser compreendida apenas por meio de seus efeitos.

Tal autor refuta a idéia de poder enquanto sistema geral de dominação que é exercido por elementos individuais ou grupais sobre outros e de maneira unilateral. Desse modo, a soberania do Estado, a forma da lei e a unidade global de uma dominação não devem ser tomadas como exclusivas em uma análise que se ocupe da problemática do poder. Diz Foucault:

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se

originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (Foucault, 2007, p. 88).

É a mobilidade das correlações de força que produzem poderes. Estes provêm de todos os lugares, estão em toda parte circulando e produzindo efeitos díspares sobre os corpos. Dessa forma, o poder é efetuado por meio de um conjunto complexo de ações sendo, por vezes, sutil em sua distribuição. Assim, é possível afirmar que não há um responsável ou detentor do poder, mas há relações que atuam em conjunto estando espalhadas entre os indivíduos. Logo, como não se exercem apenas de forma repressiva (negativa), mas também na produção social (positiva), as relações de poder acabam por gerar um humano capaz de absorver e ao mesmo tempo atuar sobre esses efeitos, transformando-os. De acordo com Foucault (2007), não existe uma mera oposição entre dominador e dominado que repercute de alto a baixo até as partes mais profundas do corpo social, pois se deve presumir que as correlações de força que se constituem e atuam nos aparelhos de produção são múltiplas.

Ao analisar a sociedade marcada pelas disciplinas, Foucault mostra que o alvo do poder era o corpo que, das mais diferentes maneiras, podia ser manipulado, modelado e treinado para tornar-se obediente e hábil. Assim, foi possível a esse autor diagnosticar a disseminação do chamado “corpo dócil”, um corpo que pode ser transformado e aperfeiçoado de acordo com as exigências de uma época histórica (Foucault, 2004). Em sua obra *Vigiar e Punir* (2004), Foucault analisa como o corpo entrou nos cálculos das relações de poder que circulavam no interior das fábricas no decorrer dos séculos XVII e XVIII, produzindo efeitos de obediência nas relações de trabalho. Com essa disciplinarização foi possível conseguir que os trabalhadores operassem com a máxima agilidade e eficácia.

Além disso, outra questão a ser elucidada diz respeito ao fato de as disciplinas aumentarem as forças do corpo em termos econômicos de utilidade e, em concomitância, diminuir essas forças em termos políticos. Nota-se, assim, que as relações de poder produzem e colocam em circulação elementos subjetivos necessários para a manutenção da máquina capitalista e da produção de um tipo humano “adequado” à essa ordem social. Quando produz operários para o trabalho fabril de acordo com o modo de produção taylorista, essa organização disciplinar torna o humano útil e passível de uma máxima exploração econômica.

Pode-se dizer, então, que algumas das principais características vigentes nessa modalidade de trabalho material, inauguradas pela organização racional do trabalho empreendida desde Taylor, compreendem a divisão das tarefas no interior das fábricas. Ademais, o ambiente físico destas era planejado para otimizar o trabalho dos operários em relação à utilidade e funcionalidade de suas atitudes, o que remete a outra característica marcante no trabalho material: o uso de supervisão humana especializada para controlar o processo produtivo. Ao percorrer-se o interior fabril, pode-se notar, até mesmo nos dias de hoje, que o controle dos espaços possibilita grande vigilância sobre os trabalhadores, ocorrendo tanto em relação ao grupo quanto aos operários individualmente; cada atividade desempenhada é monitorada minuciosamente pelos supervisores.

Além da organização dos espaços da fábrica, a distribuição dos indivíduos em séries e cadeias produtivas também contribui para análise da disciplinarização dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, o uso de métodos padronizados serviu para aumentar o ritmo e a qualidade da produção, reduzindo custos e acelerando a produtividade, isto é, com o uso de métodos de trabalho que já foram testados e planejados previamente consegue-se a eliminação de imprevistos durante a execução de tarefas. Isso pode ser verificado no acompanhamento das sucessivas etapas da fabricação, pois os operários são comparados entre si e classificados conforme sua rapidez e habilidade. Essa preocupação pode ser entendida como uma tentativa de expropriação dos saberes do operário durante o processo de produção, caracterizando-o como peça dispensável e substituível.

A distribuição de responsabilidades bem como a especialização do trabalhador são outras particularidades das relações de poder encontradas no trabalho material. Primeiramente, nessa perspectiva, deve ser respeitada a diferenciação entre cargos ocupados por membros da direção e aqueles ocupados pela “mão de obra”. Tal hierarquização é essencial na organização racional do trabalho. Os operários são dispostos em séries e, a partir dessa divisão, o processo de trabalho se articula segundo seus estágios, fases ou operações elementares, assim como, de acordo com as características específicas dos homens que o executam, isto é, o vigor, as habilidades, a rapidez e a constância desses corpos são contabilizados.

No sistema taylorista, é relevante ressaltar que o controle do tempo gasto durante a execução de cada tarefa, desde carregar aço até o martelar de pregos, é essencial na obtenção de lucros. Assim, pode-se afirmar que a análise de tempo despendido entre a realização de uma tarefa e outra e, também, a repartição espacial, são meios utilizados para controlá-lo. Foucault (2004) assinala que as disciplinas são como aparelhos de controle sobre os corpos dos operários, visto que cada um deles encontra-se aprisionado a uma série temporal que define especificamente qual sua categoria ou nível, para melhor extrair e acumular o tempo de trabalho. A partir do século XVIII, estendendo-se até o XX, os donos de fábricas obtinham lucros cada vez maiores à medida que sobrecarregavam os trabalhadores. Dessa maneira, ganhou relevância o provérbio “tempo é dinheiro”, que apresenta ressonâncias até hoje.

Entretanto, convém reafirmar que as relações de poder, tal qual compreendidas por Foucault, não são fixas. Assim, mesmo em um contexto de exploração sistemática dos trabalhadores ligados à produção material, diversas formas de resistência também se ensaiavam, visto que cada trabalhador, em seu posto de atividade, tinha a possibilidade de exercer o poder e fazê-lo circular. Desse modo emergiram, no decorrer da história, movimentos de resistência como greves, reivindicações e formações de sindicatos.

Se sobre as relações de poder que se efetuam no contexto do trabalho material pode-se afirmar que eram mais verticalizadas e disciplinadoras, o que poderia ser dito daquelas que se efetuam no trabalho imaterial?

Percurso Metodológico

A presente pesquisa, de cunho teórico, pautou-se no método qualitativo que objetiva compreender, interpretar e descrever os diferentes sentidos atribuídos às relações sociais. Assim sendo, o pesquisador que recorre a tal procedimento tem como tarefa compreender o problema de pesquisa proposto de acordo com as características históricas que atravessam a produção de subjetividades. Esta pesquisa foi dividida em três fases. A primeira referiu-se ao estudo teórico acerca dos conceitos de “Trabalho Material e Imaterial”. Neste momento, fez-se uma investigação sobre os pressupostos teóricos dessas formas de trabalho e sua disseminação no contexto brasileiro. A segunda fase realizou-se com a investigação teórica a respeito do conceito de “Relações de Poder”, recorrendo-se aos estudos e produções

bibliográficas de Michel Foucault para a compreensão de como ele diagnostica a realidade social. A análise das relações de poder que são exercidas especificamente no contexto do trabalho imaterial configurou a terceira fase dessa pesquisa. Desse modo, foi possível desenvolver uma articulação mais minuciosa entre as noções de “Trabalho Imaterial” e “Relações de Poder”, verificando como as formas de realizar o trabalho na atualidade sofreram mutações que interferiram tanto nas atividades profissionais quanto na produção de subjetividades.

Resultados e discussão

O trabalho imaterial apresenta-se como um imperativo em meio aos novos modos de subjetivação que estão em constante processo de mudança. Disseminado nas relações de produção e de poder dentro da sociedade capitalista mais avançada, o trabalho imaterial ganhou espaço, tornando-se essencial em todas as profissões. Conhecimentos, afetos, comunicação, relações sociais, o que não é palpável e que exige um exercício de habilidades subjetivas, são os produtos do trabalho imaterial. Assim, esse tipo de atividade pode ser definida por seu caráter processual, que se baseia nos vínculos afetivos criados pelo homem em suas relações sociais. É este homem, em constante mutação, que se encontra para além de práticas estritamente mecânicas e sem sentido, que executa essa forma de trabalho.

Desde o final do século XX, uma mudança na qualidade e natureza do trabalho foi ocasionada pela transição do modelo de trabalho centralizado nas fábricas para o modelo baseado no sistema comunicativo que aproxima de maneira acelerada produtores e consumidores. Assim, o planejamento da produção mantém-se mais próximo do mercado. Hardt e Negri (2004), explicam essa situação mais detalhadamente, enfatizando que tais relações comunicativas ultrapassam a mera transmissão de dados de mercado, assim “este contexto industrial oferece um primeiro exemplo em que a comunicação e a informação desempenham um novo papel central na produção” (p. 311). Segundo os autores, a revolução informacional (em conjunto com as modificações no setor de comunicação) levou as práticas laborais a seguirem na direção do modelo das tecnologias de informação e comunicação. A informatização revalorizou algumas formas de saber, dentre as quais pode-se citar: discernimento, capacidade de coordenação, de auto-organização e de comunicação. Tais

saberes não podem ser estabelecidos de antemão ou impostos, assim, quando o operário executa seu trabalho, está exercitando diversos conhecimentos que também englobam suas vivências pessoais.

Pode-se tomar como exemplo dessa configuração laboral o operador de *call center*, que necessita atender os clientes pelo telefone com cordialidade e eficácia, solucionando problemas conforme as demandas aparecem. Porém, nem sempre a realidade é assim, posto que esses trabalhadores “devem” seguir um *script* desenvolvido pela empresa, independentemente da receptividade do cliente. Ao serem admitidos, os operadores comprometem-se a cumprir as regras de um contrato, no qual está especificado como devem proceder com os clientes. Apesar disso, há situações em que os trabalhadores atuam contrariamente ao que lhes é atribuído, ou seja, conseguem burlar as regras. Deste modo, em diversos momentos, deixam o cliente esperando na linha, transferem a ligação para outro atendente ou até mesmo desligam no meio da conversa, quando o esperado seria que investissem nas ligações, tentando resolver as questões apresentadas. É inevitável questionar: como isso pode acontecer em um sistema de trabalho no qual o controle da conduta dos trabalhadores ocorre através das gravações? Ao contatar o serviço, o cliente recebe o número do protocolo da ligação, o qual assegura a gravação de toda a conversa. Em caso de reclamações, basta informar tal número para que as informações contidas na ligação sejam revistas e avaliadas. Então, como é possível que o atendente venha a burlar o seu *script*? Pode-se dizer que o sistema de controle não é soberano, pois o trabalhador apenas consegue desenvolver estratégias para contorná-lo ao perceber a existência de falhas que lhe possibilitem ações além das prescritas, de modo a não serem descobertos e, por conseguinte, punidos. Essa situação intensificou-se de tal forma que o índice de insatisfação no que concerne ao Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) alcançou o topo do *ranking* de reclamações. Por outro lado, dentre os operadores de *call center* são muitos os que apresentam depressão ou outros problemas emocionais relacionados ao forte descontentamento com o trabalho. Desse modo, observa-se a complexidade das relações de poder circulantes nesta atividade.

No trabalho imaterial são executadas ações muito diferentes daquelas exigidas no trabalho material (como pudemos acompanhar na introdução dessa pesquisa), as quais

configuram o trabalho complexo. Logo, para Gorz, “o trabalho de produção material, mensurável em unidades de produtos por unidades de tempo, é substituído por trabalho dito imaterial, ao qual os padrões clássicos de medida não mais podem se aplicar” (2005, p. 15). Cabe questionar, então: como as relações de poder são exercidas no contexto do imaterial? Ao valer-se de potências e habilidades subjetivas, o trabalhador tem condições de colocar-se enquanto ser dotado de inteligência, sensibilidade e desejos. Compreendidos como principal fonte da criação de valor neste tipo de trabalho, os saberes subjetivos constituem o fundamento criativo da comunicação, a qual se relaciona intimamente com as inovações tecnológicas. Assim sendo, pode-se dizer que a subjetividade ganhou um novo papel ao converter-se em matéria-prima para realização do trabalho imaterial.

Uma outra área em que o trabalho imaterial está presente é a da saúde. Nela, as relações entre trabalhador e clientela dão-se diretamente nos relacionamentos sociais, com implicações emocionais de diferentes tipos. Para Hardt e Negri,

Categories como ‘serviços pessoais’ ou serviços de proximidade são com frequência usadas para identificar esse tipo de trabalho, mas o que realmente importa são a criação e manipulação de afeto. Essa produção, troca e comunicação afetivas estão geralmente associadas ao contato humano, mas tal contato pode ser real ou virtual, como ocorre na indústria do entretenimento (Hardt; Negri, 2004, p. 314).

Enquanto trabalhador da área da saúde, o psicólogo, por exemplo, depende essencialmente da potência afetiva do seu corpo para realizar o trato com seus clientes, usando como instrumento de trabalho seus conhecimentos técnicos e teóricos, assim como sua bagagem de experiências subjetivas, com objetivo de obter como resultado bens intangíveis, como a sensação de bem-estar, o sentimento de conforto, a satisfação, etc. Mas, como garantir esses resultados? Quem controla os procedimentos realizados pelo psicólogo no seu trabalho? Dependendo de sua área de atuação, como no atendimento clínico, por exemplo, esse profissional não conta com nenhum tipo de mecanismo direto de controle voltado à sua atuação. Contudo, não se pode afirmar que ele esteja livre para agir como bem entender, pois seu cliente tem o direito de denunciá-lo, caso considere suas atitudes impróprias ou ilegais. Logo, observa-se que não apenas o psicólogo exerce relações de poder em relação ao seu cliente, como este também as exerce em relação àquele que lhe está prestando serviço. Nesse

sentido, os poderes existentes nessa relação circulam em ambas as direções, ou seja, tanto o profissional quanto seu cliente trazem consigo a possibilidade de exercer a vigilância e o controle sobre o outro.

Além das formas de trabalho expostas e as relações de poder vigentes em sua execução, pode-se citar como exemplo uma profissão menos formal, porém não menos dotada de características que lhe conferem semelhança a qualquer outra modalidade de trabalho imaterial. A prostituição, considerada uma das atividades mais antigas do mundo, é uma prestação de serviços apenas possível de ser consolidada mediante interação social, produzindo como resultados afetos diversos, tais como prazer e satisfação sexual. É importante ressaltar o fato de as relações de poder vigentes nessa atividade serem muito variadas, visto que uma pessoa que se prostitui geralmente não desfruta sozinha de seu lucro; pelo contrário, para fazer “programas”, muitas vezes, há necessidade de frequentar casas de prostituição nas quais os quartos utilizados deverão ser pagos. Além disso, muitas são as profissionais do sexo que se submeteram a abusos e explorações da cafetinagem. Os responsáveis pela cafetinagem são aqueles que controlam a quantidade de clientes atendidos assim como o pagamento recebido por cada programa. Eles vigiam o trabalho da prostituta em quase todos os momentos, exceto quando ela fica a sós com um cliente.

Entretanto, na contemporaneidade, ocorreram transformações relevantes nesse âmbito; prostitutas e militantes a favor da classe se reuniram para falar e serem ouvidos, exercendo sua cidadania em movimentos que culminaram na inclusão da categoria "profissional do sexo" na Classificação Brasileira de Ocupações, do Ministério do Trabalho e Emprego. Além disso, qualquer atividade relacionada à cafetinagem é ilegal, visto que a exploração sexual é considerada crime em nosso país. A ex-prostituta e socióloga brasileira, Gabriela Leite, fundadora da Organização Não Governamental “Da vida” - que busca promover a cidadania das profissionais do sexo, lutando em prol de seus direitos e da regulamentação da profissão - em seu livro “Filha, mãe, avó e puta” (2009) narra a história de quando decidiu ser prostituta, posicionando-se contra o discurso vitimizador do senso comum, segundo o qual prostituir-se é consequência da falta de opções para mulheres pobres. Para ela, essa profissão deve ser considerada como qualquer outra, ou seja, acarreta em desgastes emocionais e físicos para o trabalhador, bem como dificuldades e ganhos financeiros. Ela relata que em diversos

momentos de sua carreira como prostituta e militante esperaram dela que assumisse o discurso da vitimização. Todavia, contrária a tal visão, diz: “eu penso que se você considera uma pessoa vítima é porque já estabeleceu uma relação de dominação com ela” (Idem, p. 143).

Pode-se notar, portanto, que as técnicas de controle e vigilância disciplinares não são mais impostas ao trabalhador por meio de uma rígida hierarquia. Levando-se em consideração que o poder também é produtivo e transformador, constata-se que essa produtividade visa ao aprimoramento do corpo humano. Porém, ao invés do chefe ou supervisor estar incumbido de adestrá-lo e infligir-lhe punições (como no trabalho material), agora as relações de vigilância aparecem internalizadas pelo próprio trabalhador. Assim, em muitas situações quem provavelmente irá controlá-lo, vigiá-lo e até puni-lo, será ele mesmo.

Considerações Finais

No decorrer deste estudo, analisamos várias profissões como os atendentes de *call center*, os profissionais da saúde e as prostitutas. Apesar das diferenças presentes em cada uma dessas atividades profissionais, foi possível notar que ambas as modalidades de trabalho (material e imaterial) caminham juntas em cada uma delas. Não é fácil fazer distinção entre uma e outra, pois a interação e cooperação sociais são indispensáveis à atividade laboral atual. É possível dizer que o exercício de habilidades subjetivas sempre esteve presente na prática de qualquer atividade (até naquelas cujo trabalho exige estritamente o uso de força física ou ações mecânicas e repetitivas), posto que tais características são indissociáveis ao ser humano. De modo que, mesmo quando o trabalho exige majoritariamente o esforço físico, pode-se considerá-lo imaterial por depender de uma teia de relações sociais e de conhecimentos.

A investigação das diferenças entre as relações de poder existentes no âmbito do trabalho material e do trabalho imaterial revelou uma das peculiaridades mais marcantes deste último. No cenário imaterial não é possível garantir resultados quantificáveis, pois as relações de poder presentes produzem-se a cada instante, provém de todos os lugares, são instáveis e imprevisíveis. De tal modo, os aspectos subjetivos colocados em movimentação na interação social escapam às técnicas disciplinares de vigilância. Ao implicar-se emocional e intelectualmente no processo produtivo, esse trabalhador pode ser transformado por afetos diversos, de modo a inventar formas de resistência no seu local de trabalho.

A realização desse estudo propiciou a elaboração de alguns ensaios de respostas, mas, principalmente, de novas perguntas referentes ao panorama histórico que configura ambas as modalidades de trabalho. Portanto, cabe continuar interrogando quais as possibilidades de criar estratégias de resistência, que têm papel bastante relevante para o contexto imaterial.

Referências:

- Foucault, M. (2004). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (2007). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. São Paulo: Graal.
- Foucault, M. (2009). *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal.
- Gorz, A. (2005). *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume.
- Guareschi, P. A.; Grisci, C. L. I. (1993). *A fala do trabalhador*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Hardt, M.; Negri, A. (2004). *Império*. Rio de Janeiro: Record.
- Leite, G. (2009). *Filha, mãe, avó e puta: a história da mulher que decidiu ser prostituta*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Pogrebinschi, T. (2004). Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo, n. 63. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452004000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: jan. 2011.
- Taylor, F. W. (1970). *Princípios de Administração Científica*. São Paulo: Atlas.

Apresentação 3

A PSICOLOGIA COMO UM TRABALHO IMATERIAL AFETIVO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ruth Tainá Aparecida Piveta*⁶

Sonia Regina Vargas Mansano⁷

Introdução

As relações humanas são produzidas a todo o momento e a ordem econômica capitalística participa dessa produção que “fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo” (Guattari; Rolnik, 2000, p. 42). Os autores afirmam também que a contemporaneidade, marcada que é pelo Capitalismo Mundial Integrado, tem gerado mudanças radicais na concepção do humano. Em qual sentido isso ocorre? Que mudanças são estas? Quais seus impactos para as relações sociais?

Antes de ensaiar qualquer resposta, é preciso levar em consideração que mudanças invariavelmente, implicam em novos processos de constituição do humano que são colocados em curso. Dentre as mudanças subjetivas ocorridas na atualidade, pode-se destacar as relações de trabalho. Por meio delas, o ser humano se afirma enquanto alguém que age e transforma o mundo. É, portanto, no seio da sociedade capitalista que esta discussão encontra ecos. Enquanto sistema econômico vigente, o capitalismo, desde sua origem, exigiu certas configurações sociais e humanas para se estabelecer, disseminar e manter. Nos seus primórdios, no interior da produção fabril, demandou a organização de uma sociedade mais disciplinada, bem como um humano fragmentado, que se ocupasse em realizar atividades monótonas e repetitivas, agindo, por vezes, em detrimento à suas sensações e desejos. Tal organização laboral exigiu, assim, uma espécie de “homem-máquina”, com um corpo adestrado, dócil, obediente.

um longo período, este homem foi avaliado como adequado para realizar o trabalho repetitivo. Como exemplo, pode-se citar o modo de produção taylorista, que se organizava em

⁶ Psicóloga. Discente do curso de Especialização em Psicologia Organizacional e do Trabalho da Universidade Estadual de Londrina.

⁷ Psicóloga. Docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC/SP.

linhas de produção fragmentadas, super especializadas e que demandavam um tipo de trabalhador, também especializado, fragmentado, atento e ao mesmo tempo, autômato.

No entanto, com o advento da revolução tecnológica e da globalização, os avanços da ciência e dos processos de comunicação, novas exigências surgiram e, com ela, a demanda por um novo tipo de trabalhador ficou em evidência. Houve, portanto, uma mudança significativa no âmbito do trabalho: o trabalho fabril e repetitivo abriu espaço para a disseminação de atividades de outra natureza, denominadas “trabalho imaterial” (Hardt; Negri, 2005).

Compreendendo o trabalho imaterial

O que se observa na contemporaneidade é uma preponderância do trabalho imaterial sobre o material, ou seja, ao invés da produção de bens materiais e duráveis, característica do trabalho material, há uma grande preocupação com outro tipo de atividade que se ocupa em produzir um “bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento e comunicação” (Hardt; Negri, 2005, p. 311). Como exemplo, pode-se citar várias empresas que têm modificado sua organização, muitas não mais atreladas às clássicas linhas de produção. Tais empresas demandam novos trabalhadores, como os especialistas em *marketing*, em informática (tendo em vista a intensa automatização das empresas), funcionários altamente capacitados para *pensar novas ideias*, bem como outros destinados unicamente ao atendimento ao consumidor. Pelbart (2000, p. 36) afirma ainda que a denominação imaterial se dá também pelo fato de que esta configuração de trabalho se ocupa com a subjetividade humana, que é imaterial, sendo que cada vez mais se consomem “maneiras de ver e de sentir, de pensar e de perceber, de morar e de vestir, ou seja, *formas de vida*”.

Hardt e Negri (2005) descrevem três segmentos que compõe esse tipo de atividade. A primeira diz respeito ao trabalho que envolve “serviços simbólico-analíticos” (p. 312) sendo estes intensamente relacionados à “resolução de problemas, a identificação de problemas e atividades estratégicas de intermediação”. Essa primeira modalidade está intimamente relacionada às atividades de informática e comunicação, bem como à produção de conhecimento.

O segundo tipo seria aquele que se propõe a intermediar a relação entre mercadoria e consumidor. É este trabalhador que, muitas vezes, exerce no mercado a função de produzir demandas, fomentando a necessidade de consumo da população. Aqui se localizam os trabalhadores ligados ao *marketing* e à publicidade.

A terceira modalidade envolve a produção e manipulação dos afetos – o trabalho imaterial afetivo – no qual a relação com o outro é a principal matéria-prima. Pode-se encontrar aqui profissões ligadas a área da saúde e do entretenimento que têm o cuidado e a produção de afetos como foco (Hardt; Negri, 2005). O trabalho imaterial afetivo produz “um sentimento de tranquilidade, bem estar, satisfação, excitação, paixão – ou até mesmo a sensação de estar simplesmente conectado ou de pertencer a uma comunidade” (Pelbart, 2000, p. 36). Tais efeitos atualmente ganharam importância econômica, ao mesmo tempo em que agregaram valor às mercadorias.

A Psicologia, enquanto prática profissional, inscreve-se no âmbito do trabalho imaterial afetivo, tendo em vista que sua atuação está diretamente ligada aos vínculos afetivos, à resolução de conflitos e às relações humanas. As atividades prescritas para essa profissão perpassam o campo dos afetos em larga medida, tendo em vista que se exige do profissional toda uma gama de competências que a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) denomina como “pessoais”, dentre as quais se encontram: “demonstrar interesse pela pessoa/ser humano; demonstrar capacidade de contornar situações adversas; ouvir ativamente (saber ouvir); demonstrar habilidade de questionar; demonstrar capacidade de observação; demonstrar capacidade de manter imparcialidade; demonstrar capacidade de raciocínio abstrato” (Cadastro Brasileiro de Ocupações, 2011).

Tais competências não são necessariamente advindas da formação profissional, o que aponta para a questão de que, no trabalho imaterial, exige-se algo além da formação universitária, mas implica também no resgate da história, dos valores e das relações afetivas experimentadas pelo profissional no decorrer de sua trajetória de vida. Não obstante, esse profissional que se ocupa diretamente com sujeitos impactados pelos efeitos do trabalho imaterial é também um desses trabalhadores.

Gorz (2005) afirma que nesse tipo de atividade não se exige apenas a força física, mas sua capacidade de produzir-se como sujeito trabalhador, fato que demanda suas experiências

de vida e ampla bagagem cultural, ou seja, as experiências que acontecem para além do processo de produção, sendo que “a produção de si é uma dimensão necessária de todo trabalho imaterial, e este tende a apelar às mesmas disposições pessoais que possuem as atividades livres, fora do trabalho” (Idem, p. 22).

Como consequência desse processo que “penetra a vida numa escala nunca vista e a vampiriza” (Pelbart, 2003, p. 147), a produção de si acaba por ser “engolida”, capturada e parasitada pelas forças do mercado, que agora exigem do indivíduo também as suas experiências da vida privada, experiências estas que tem sido de grande valia para otimizar a produção no contexto do trabalho imaterial. Há uma captura de tal produção, destinada de antemão a outras dimensões da existência e que é agora “seqüestrada” pelo mercado, fazendo da vida um grande capital, precioso e altamente valorado. Nesse aspecto,

Tudo se torna mercadoria, a venda do si se estende a todos os aspectos da vida; tudo é medido em dinheiro. A lógica do capital, da vida tornada capital, submete todas as atividades e espaços nos quais a produção de si era originalmente considerada como gasto gratuito de energia, sem outra finalidade senão a de levar as capacidades humanas ao seu mais alto grau de desenvolvimento (Gorz, 2005, p. 25).

Há, portanto uma diferença, talvez fundamental, que distingue o trabalhador material do imaterial. O primeiro só se torna apto e útil quando se despe de todos os seus saberes, desejos e experiências e se apresenta enquanto corpo dócil, domado e adestrado para o trabalho. No caso do trabalhador imaterial, essa relação sofre uma torção – nesse contexto é prerrogativa para um trabalho bem realizado o uso de todo o aparato subjetivo possível que o trabalhador tenha ‘à mão’. Dessa forma, seus conhecimentos prévios, suas experiências além trabalho, seus sentimentos e saberes cotidianos se tornam instrumentos de trabalho, borrando a tênue linha divisória entre a vida privada e a pública.

Cabe, portanto, questionar quais são as implicações de tais exigências trazem para as constituições subjetivas dos trabalhadores na atualidade. Num tempo em que tudo se torna mercadoria, até mesmo a vida e seus desdobramentos cotidianos, a pergunta que fica é: o que acontece quando a vida, que é produção constante, se torna produção de capital, ou melhor, quando a produção de si como sujeito social se torna mercadoria? Em outras palavras, quais os impactos subjetivos advindos da emergência do trabalho imaterial na contemporaneidade?

A psicologia como profissão

A consolidação da psicologia como área de atuação profissional e de produção de conhecimento científico é fruto de uma trajetória histórica recente, com menos de 200 anos de existência. Suas principais raízes estão a Filosofia e a Fisiologia, tendo em vista que esta área de conhecimento esteve, de diferentes formas, ligada ao campo do biológico, pois quando se fala de humano, se fala de um corpo que funciona biologicamente mas, ao mesmo tempo, de um corpo capaz de criar ideias, conceitos, valores e modos de vida distintos.

Pode-se afirmar que a psicologia, enquanto ciência e profissão, é composta por um campo de contradições explícitas, inerentes ao seu processo de criação e consolidação. Trata-se de uma área atravessada por diversos discursos, paradigmas, concepções científicas e filosóficas. Tal fato, ao mesmo tempo em que enriquece e amplia os seus campos de atuação e pesquisa, gera intensos debates e embates epistêmicos e metodológicos entre as distintas abordagens. Bock, Furtado e Teixeira (2001) chega a afirmar que não podemos falar de uma Psicologia, mas sim de Psicologias, evocando a multiplicidade que se faz presente nessa profissão.

Assim, mais do que um campo de intervenção, a psicologia se consolidou, durante o século XX, como campo explicativo do humano, gerando saberes díspares e relações de poder. Rose (2008) afirma que o século XX foi o século da psicologia. Ela explica:

O que quero dizer, quando coloco o século XX como século da psicologia, não é somente que esse foi o século em que a psicologia se transformou em disciplina (...). Nem que esse foi o século em que a psicologia decolou como uma profissão (...). Penso que, mais do que isso, esse foi o século da psicologia, porque a psicologia através do século XX ajudou a construir a sociedade em que nós vivemos e também o tipo de pessoas em que nos transformamos (Rose, 2008, p.155).

Quando se analisa a realidade brasileira, o campo de formação e consolidação dessa área profissional é ainda mais recente. A psicologia enquanto profissão foi regulamentada no Brasil pela lei nº 4119 de 27/08/1962, aproximando-se, portanto, dos seus 50 anos de existência regulamentada, ainda que anteriormente já houvesse alguns espaços, principalmente na educação, nos quais a psicologia começava sua inserção.

Mais recente ainda, começaram a ser dados importantes passos para consolidar a normalização da profissão. Em 1992, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) elaborou um documento com algumas normas que compõem atualmente o Catálogo Brasileiro de Ocupações e que versam sobre a psicologia enquanto profissão, suas atribuições e áreas de atuação. De acordo com tal documento, ao psicólogo compete

o estudo e análise dos processos intrapessoais e das relações interpessoais, possibilitando a compreensão do comportamento humano individual e de grupo, no âmbito das instituições de várias naturezas, onde quer que se dêem estas relações. [o psicólogo] Aplica conhecimento teórico e técnico da psicologia, com o objetivo de identificar e intervir nos fatores determinantes das ações e dos sujeitos, em sua história pessoal, familiar e social, vinculando-as também a condições políticas, históricas e culturais (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1992).

Tal descrição, entretanto, não oferece muitos subsídios práticos para orientar a atuação cotidiana, o que permite interpretações distintas e deixa as estratégias metodológicas em aberto para produção de inúmeros tipos de intervenção. Este fato provavelmente reflete a grande diversidade de metodologias, teorias e concepções psicológicas existente, não delimitando descritivamente as formas de atuação. Porém, na parte do documento destinada às áreas de atuação, tais funções ficam um pouco mais esclarecidas e determinadas.

As áreas de atuação citadas pelo documento comportam o Psicólogo Clínico, do Trabalho, do Trânsito, Educacional, Jurídico, do Esporte, Psicólogo Social e professor de Psicologia (Ensino Médio e Ensino Superior). Para todas elas, existem prescrições e um detalhamento das atribuições, o que oferece ao psicólogo uma delimitação das funções que são específicas de cada área. Por exemplo, quando o documento cita as atribuições do Psicólogo Clínico, ele esclarece que este:

Atua na área específica da saúde, colaborando para a compreensão dos processos intra e interpessoais, utilizando enfoque preventivo ou curativo, isoladamente ou em equipe multiprofissional em instituições formais e informais. Realiza pesquisa, diagnóstico, acompanhamento psicológico, e intervenção psicoterápica individual ou em grupo, através de diferentes abordagens teóricas (Conselho Federal De Psicologia, 1992).

No detalhamento das atribuições, são descritas ações como avaliação e diagnóstico, atendimento psicoterapêutico individual e familiar, infantil e adulto, acompanhamento de

gestantes e indivíduos nas mais graves situações na área da saúde, auxílio à equipe multidisciplinar na compreensão dos aspectos emocionais dos pacientes, auxílio aos pacientes egressos de instituições no caminho de reinserção social e participação nas políticas de saúde são contempladas. Delimita-se, dessa forma, um campo de atuação, com as funções próprias que compõem o trabalho do psicólogo clínico.

O CFP apresenta também diretrizes para algumas áreas consideradas em nossos dias como emergentes. Dentre elas estão: atuação junto ao serviço de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias, atuação no sistema prisional, no CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) e SUAS (Sistema Único de Assistência Social), psicologia das emergências e desastres, psicologia e diversidade sexual, psicologia e mobilidade, psicologia no âmbito das medidas sócio-educativas em unidades de internação, psicologia e a questão da terra, psicologia e saúde pública.

Pode-se dizer que estas áreas consideradas emergentes encontram-se inseridas em um processo de construção e discussão, ainda que existam alguns direcionamentos já traçados. Dessa forma, entre atribuições e diretrizes, a psicologia no Brasil vai ganhando contornos, prescrições e diretrizes. Porém, cabe aqui um questionamento, diante da complexidade do humano e de suas relações sociais, em detrimento às prescrições indicadas, será possível um psicólogo inserido na área do trabalho ser apenas ‘do trabalho’? Ou um psicólogo jurídico ser apenas ligado às questões entrelaçadas ao direito? Num ensaio de resposta, poder-se-ia dizer que não, pois, em larga medida, essas áreas se entrelaçam e exigem uma análise mais complexa e múltipla.

A Psicologia como um trabalho imaterial

É nesse sentido que a atuação da psicologia pode ser compreendida no campo do trabalho “imaterial”. Nela, trabalha-se com as palavras, com a resolução de conflitos, com os afetos, com a produção de modos de vida, enfim, ela dedica-se à análise do encontro com o outro, independentemente do *locus* no qual está sendo realizada: na escola, na empresa, nas comunidades ou na clínica.

Quais seriam, então, os desafios colocados para a psicologia quando compreendida como uma práxis, ou seja, como um campo profissional em constante construção? Sendo a

psicologia uma modalidade de trabalho imaterial afetivo, que tem como matéria-prima a relação com o outro, os encontros profissionais vividos nessa área de atuação são sempre incertos. Assim, a atuação passa por uma invenção que tem no contexto social, mutante a cada novo atendimento, seu foco.

Nessa profissão, trabalha-se com o inesperado, com a incerteza própria do encontro com o outro. Assim, somente a dimensão prescrita do trabalho parece não dar conta de produzir uma intervenção, uma vez que a existência é processo e não se encerra em determinações prescritivas e respostas prontas. Frente a uma concepção de existência que está sempre em processo, seria possível a psicologia, enquanto campo de saber que se ocupa da vida humana, permanecer simples e unicamente gerida pelas atribuições prescritas, sejam estas ditadas pelos órgãos que representam a classe, seja pelos pressupostos teóricos?

Não se defende aqui um abandono das teorias e atribuições dos conselhos de classe, mas em ampliar a compreensão de uma área de conhecimento que tem por tarefa traçar compreensões e intervenções sobre a produção dos modos de vida a cada caso atendido, seja em que contexto ele estiver inserido. Esse fazer contextualizado é precisamente o que escapa às prescrições estagnadas nos moldes pré-estabelecidos da profissão e em certos engessamentos teóricos que se ocupam mais com as teorias do que com a vida e seus processos. Questionamos, então, quais os momentos em que a psicologia consegue acolher o não-saber e, para além dos muros científicos e prescritos, tome para si o desafio de inventar novas possibilidades de intervenções.

É nesse sentido que sua atuação implica, invariavelmente, um posicionamento ético e político diante do público atendido. Resgata-se aqui uma concepção de ética que não é pautada nas normas estabelecidas de antemão, da transcendência, ou em preceitos universais. Mas, uma ética da imanência, vivida e experimentada na cotidianidade dos encontros com a diferença e que funciona em favor da vida e da expansão da potência. Fala-se, portanto, de uma prática ética capaz de escutar a diferença, fazendo dela a mola propulsora da sua ação.

Estamos, portanto, diante de um saber que se implica com o fazer, ainda que pouco se saiba sobre o processo, ainda que se admita que “há algo aí e não sabemos o que fazer ou dizer a respeito” (Guattari; Rolnik, 2000, p.53).

É nesse sentido que a ética implica necessariamente a política, no sentido do entendimento da vida enquanto processo, da produção de subjetividades enquanto devir. No que diz respeito à psicologia, tal posicionamento permite o entendimento da vida enquanto criação e não fechamento, estruturação e respostas prontas. Sobre isso, Guattari (2000) afirma que

Embarcamos nesse processo de divisão social geral da produção de subjetividade e não há mais volta. Mas, por isso mesmo, devemos interpelar todos aqueles que ocupam uma posição (...) no campo de trabalho social – todos aqueles, enfim, cuja profissão consiste em se interessar pelo discurso do outro. Eles se encontram numa encruzilhada política e micropolítica fundamental. Ou vão fazer o jogo dessa reprodução de modelos que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização, ou, ao contrário, vão estar trabalhando para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que consigam pôr para funcionar (Guattari; Rolnik, 2000, p. 29).

É em tal encruzilhada que se encontram os psicólogos. Entre a reprodução e a criação, a repetição e a invenção. Tal impasse ganha contornos políticos no sentido de que, ainda que suas intervenções partam do plano micropolítico, ou seja, das vivências cotidianas experimentadas nos encontros singulares e únicos produzidos na imanência, ele repercute no campo macropolítico, no campo social mais amplo, campo que ressoa na vida e na sociedade, tendo em vista que todo trabalho que acontece no campo social participa, em alguma medida, dos processos de transformação da sociedade. E o posicionamento político aqui é justamente esse, de uma posição subjetiva que cria constantemente uma ética, mas não uma ética que se reduz aos códigos, aos deveres e às normas cristalizadas. Uma “ética do real” (Rolnik, 1990), pautada na vida, nas experiências e nos processos de subjetivação.

Considerações Finais

Pesquisar sobre a prática profissional do psicólogo e sua implicação com a vida em seu processo incessante de produção põe em cena intensos questionamentos teóricos, éticos, políticos. No decorrer desta pesquisa, ganharam espaço impasses e perguntas: Qual a função do trabalho na vida do ser humano? Como os profissionais da psicologia atuam num contexto eminentemente capitalista e produtivista? Quais as possibilidades de construir uma prática profissional comprometida com a transformação social?

Algumas das perguntas que emergiram foram respondidas pelo caminho, outras continuam latentes. No que diz respeito ao trabalho imaterial, percebe-se que este, por sua caracterização, exige do trabalhador outras formas de intervir. Atualmente, exigem-se muito mais do que as capacidades físicas. Faz-se necessário um alto investimento das capacidades intelectuais e críticas, bem como das experiências advindas da vida privada, das relações extra-profissionais, que agora passam a fazer parte dos currículos. Mais do que nunca, a vida é investida de valor: valor de troca, valor monetário. Vida e trabalho se fundem, numa intensa e desenfreada busca por melhores possibilidades e oportunidades profissionais, gerando, muitas vezes, intensos sofrimentos no trabalhador.

Nesse cenário, onde a vida entra nos cálculos da produção, insere-se também a psicologia. Assim, esta pesquisa discutiu as implicações de uma atuação ética e política. A questão principal consiste em acolher a dimensão inesperada colocada em evidência nas intervenções desta área de conhecimento. Assim, as questões aqui elaboradas, antes de serem rapidamente respondidas, poderiam continuar a produzir seus efeitos de incômodo. Afinal, como não deixar-se engessar pelas teorias? Como olhar para o inesperado e deixar-se surpreender, abandonando os julgamentos e avaliações precipitados para atentar à escuta daquilo que não admite enquadre?

São perguntas que continuam para além das discussões aqui realizadas. Pontos de interrogação que convocam para o debate e para a criação. Fica, após este estudo, os desafios evocados pelo movimento inesgotável de construção de uma prática e pelo desejo de seguir nesta invenção.

Referências:

Bock, A.; Furtado, O.; Teixeira, A. (2001). *Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia*. São Paulo: Saraiva.

Cadastro Brasileiro De Ocupações. *Psicólogos e Psicanalistas*. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>> Acesso em: 20/09/2011.

Conselho Federal De Psicologia. *Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil*. Disponível em:

<http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/legislacao/legislacaoDocumentos/atr_prof_psicologo.pdf>. Acesso em: 15/08/2011.

Gorz, A. (2005). *O Imaterial: Conhecimento, Valor e Capital*. São Paulo: Annablume.

Guattari, F.; Rolnik, S. (2000). *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes.

Hardt, M.; Negri, A. (2005). *Império*. Rio de Janeiro: Record.

Pelbart, P. (2000). *A vertigem por um fio: Políticas da Subjetividade Contemporânea*. São Paulo: Iluminuras.

Pelbart, P. (2003). *Vida Capital: Ensaio de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras.

Rolnik, S. (2003). “Fale com ele” ou como tratar o corpo vibrátil em coma. Disponível em <http://www4.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/fale_com_ele.pdf> Acessado em: 13/09/2010.

Rolnik, S. (1990). *Por uma ética do real*. Disponível em <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/eticareal.pdf>> Acesso em 22/03/2011.